

PF faz novas diligências em investigação que envolve assessores do STJ

A Polícia Federal cumpriu nesta terça-feira (26/11) um mandado de prisão preventiva e 23 mandados de busca e apreensão em investigação que envolve negociação de decisões judiciais no Superior Tribunal de Justiça.



A ação foi determinada pelo ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal, relator da investigação.

Segundo publicou o *UOL*, entre os alvos estão o lobista Andreson de Oliveira Gonçalves, além de assessores de ministros do STJ. A publicação noticiou também a instalação de tornozeleira eletrônica nos desembargadores Sebastião de Moraes Filho e João Ferreira Filho, do Tribunal de Justiça do Mato Grosso.

Além do Distrito Federal, os mandados são cumpridos em Mato Grosso e Pernambuco, com medidas cautelares como afastamento das funções públicas de servidores e membros do Poder Judiciário, sequestro, arresto e indisponibilidade de bens e valores dos investigados.

A PF informou que, segundo apuração, os investigados solicitavam valores para beneficiar partes em processos judiciais, por meio de decisões favoráveis aos seus interesses. Também são investigadas negociações relacionadas ao vazamento de informações sigilosas,

incluindo detalhes de operações policiais.

Investigação extensa

As investigações partiram de informações encontradas no **celular do advogado Roberto Zampieri**, morto a tiros em Cuiabá em dezembro de 2023. A suspeita é que servidores do STJ teriam passado informações sigilosas de gabinetes de ministros da Corte para serem usadas para extorquir diversas pessoas.

O acesso ao celular do advogado morto foi motivo de disputa, **como mostrou a ConJur**. Desde que o inquérito foi iniciado para apurar o assassinato, o juiz Wladimir Perri, da 12ª Vara Criminal de Cuiabá, tomou uma série de medidas para se garantir como o único a manusear o aparelho.

É esse o conteúdo que agora embasa as investigações. O caso já levou ao **afastamento** cautelar imediato das funções dos desembargadores Sebastião de Moraes Filho e João Ferreira Filho, além do desembargador Luis Cesar de Paula Espíndola, do Tribunal de Justiça do Paraná.

Há indícios de que os magistrados mantinham amizade íntima com Zampieri, e recebiam vantagens financeiras indevidas e presentes de elevado valor para julgarem recursos de acordo com determinados interesses.

A investigação da morte do advogado tramita na 12ª Vara Criminal de Cuiabá e, segundo o Ministério Público, pode ter relação com decisões proferidas pela Justiça de Mato Grosso.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-nov-26/pf-faz-novas-diligencias-em-investigacao-que-envolve-assessores-do-stj-3/>